

PARENTES, ALIADOS, INIMIGOS: O PARENTESCO SIMBÓLICO ENTRE OS ESCRAVOS NA CIDADE DE PELOTAS, 1830/1850, SÉCULO XIX.

NATÁLIA GARCIA PINTO¹

A pesquisa que ora apresentamos versa sobre as relações familiares estabelecidas por escravos na sociedade de Pelotas, durante o período de 1830/1850. O objetivo é analisar a formação de famílias escravas na cidade de Pelotas e problematizar a constituição das mesmas, enfatizando a formação de redes de compadrio entre os escravos com os distintos estratos sociais da localidade analisada.

No período observado verificou-se variados arranjos de apadrinhamento entre os escravos, pois além de estreitarem laços com seus parceiros de senzala e pessoas livres, também construíram redes de parentesco com escravos de parentes de seus senhores e com a parentela do proprietário, ou seja, estabeleceram *laços* com o *bando*² de seu senhor, produzindo uma hierarquia social. Evidentemente, nota-se que era necessário que os cativos tivessem uma noção de *bando* a que pertencia seu senhor, seus antagonistas e aliados, na hora de escolher eventuais padrinhos. A composição de redes sócio-familiares por parte dos cativos não podia desconsiderar os limites e as tramas tecidas pelos seus senhores: a agência escrava tinha que ser praticada com esperteza e sensibilidade.

Em relação à socialização percebe-se que os escravos também tentaram construir uma comunidade própria a revelia de seus senhores ao firmarem laços de parentesco com outros escravos pelo *parentesco simbólico*. Assim sendo, a pesquisa visa demonstrar que o compadrio tecido pelos escravos foi utilizado como uma estratégia para criar laços com pessoas de condição jurídica distinta (*bando do senhor*), talvez para proteger-se a si e a sua prole, contribuindo para a reprodução da hierarquia social, e também poderia ser um meio de socialização de modo a formar uma comunidade escrava.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS. Bolsista CNPQ.

² Tomamos de empréstimo o conceito de *bando* utilizado por Fragoso (2003). Destacamos que o uso de tal expressão deve ser entendida não apenas entre os sujeitos que estavam relacionados pela rede parental do senhor, mas também levamos em consideração as relações heterogêneas confirmadas pelo batismo como por exemplo: um escravo de alguém da mesma família consanguínea que serviu de padrinho para outro indivíduo ou até mesmo um ex-escravo que, porventura ainda tivesse ligações com o senhor do escravo batizando.

Um dos objetivos primordiais desta pesquisa é analisar as relações familiares de escravos firmadas pelo parentesco fictício na pia batismal. Salientamos, que analisaremos os vínculos confirmados pelo parentesco espiritual por tais sujeitos, observando como a comunidade cativa pelotense conformava suas estratégias, tentando mudar (ou atenuar) a impiedosa realidade em que estavam inseridos.

O COMPADRIO E A HIERARQUIA SOCIAL

O sacramento do batismo constituía-se a principal porta de entrada para o indivíduo adentrar ao corpo da sociedade, seja ela colonial, seja ela imperial no Brasil de antanho. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia regiam as diretrizes que ordenavam o momento dos futuros cristãos receberem os santos óleos, delimitando os fatores que impossibilitavam o estabelecimento do parentesco fictício. Um dos impedimentos seria o consórcio do matrimônio entre afilhados e padrinhos espirituais. Conforme destaca a historiadora Rocha o apadrinhamento,

além de ser visto como um dever de todos os pais, também era muito bem aceito por toda a sociedade. O padrinho de uma criança deveria cumprir seu papel com responsabilidade. Esperava-se que ele sempre ouvisse, aconselhasse e consolasse o afilhado. O papel do padrinho também o era de colaborar materialmente com o afilhado. Do protegido sempre se esperava a gratidão pelos atos de seu(s) protetor (es). A base da relação do compadrio era a reciprocidade, as trocas de afeto, de bens materiais ou qualquer outra que beneficiassem as duas partes envolvidas (ROCHA, 2009:220-221).

As bênçãos recebidas pelos santos óleos derramados na pia batismal pelos párocos, ao longo da vida colonial e oitocentista brasileira serve de base para os estudos dos laços familiares pelos estudiosos interessados no tema. Conforme Engemann a pia batismal

é um dos espaços mais loquazes que se pode citar na formação de laços de solidariedade. Trata-se, de fato, de um outro meio de se conquistar aparentados, instituindo um rito que sanciona formalmente uma aliança forjada anteriormente. O compadrio na sociedade luso-brasileira funcionou como um dos mecanismos de aparentar, constituindo alianças desejadas por ambas as partes, pais e padrinhos, e estendida a uma terceira parte, o batizado (ENGEMANN, 2008:107).

Como bem salientou o autor o compadrio funcionou como um mecanismo de criar o parentesco. Brügger tece a análise de que o compadrio seria uma mão de via dupla, pois “tantos os padrinhos podiam beneficiar-se dos trabalhos, dos préstimos e da fidelidade dos afilhados, quanto estes esperavam contar com o cuidado, a proteção e o reconhecimento daqueles” (BRÜGGER, 2007:325).

A autora frisa ainda que o compadrio não era apenas um meio de conquista de barganha social, mas também um capital político de reconhecimento perante a sociedade. Conforme seu pensamento,

a especificidade do compadrio talvez residisse exatamente no fato de apresentar uma grande possibilidade de extensão – uma pessoa poderia apadrinhar um número infindo de afilhados, incorporando à sua parentela inúmeras unidades familiares – e, ao mesmo tempo, permitir que se criassem sólidos vínculos entre pessoas das mais diferentes condições sociais, que passavam a se reconhecer como parentes. Por outro lado, entre eles não haveria qualquer implicação de ordem patrimonial, como ocorria, por exemplo, no estabelecimento de alianças matrimoniais. O afilhado, embora pudesse ser beneficiado pelo padrinho, não era seu herdeiro necessário. Por isso, a rigor, ninguém em princípio teria motivos para recusar um apadrinhamento. Pelo contrário, ter afilhados era um “capital” político importante (BRÜGGER, 2007:325).

Como bem pontuou a historiadora Cacilda Machado (2008) foi através do batismo que os cativos multiplicaram os laços de parentesco seja dentro ou fora do mundo das senzalas senhoriais. Tentaremos desvendar nesse momento as alianças tecidas em torno do parentesco fictício, demonstrando que o compadrio também comportava ações políticas pelos indivíduos em questão.

Era o ano de Nosso Senhor Jesus Cristo aos vinte de outubro de mil oitocentos e trinta e quatro na Catedral São Francisco de Paula, quando o escravo adulto Riquelo de nação Mina ao lado de seus demais companheiros compareceu a pia batismal ao lado de seu senhor, o então Domingos José de Almeida para receber as bênçãos juntamente com seus parentes espirituais. O escravo teve como padrinho João Rodrigues Barcellos e como madrinha Francisca Bernardina Barcellos. Fato peculiar desse batismo se deve que apenas Riquelo de nação Mina teve como parentes pessoas de condição jurídica

distinta da sua, pois seus companheiros tramaram parentela com os escravos de seu proprietário, Domingos José de Almeida.³

Sabemos que João Rodrigues Barcellos e Francisca Bernardina Barcellos são parentes de Domingos José de Almeida. Domingos José de Almeida era casado com Bernardina Rodrigues Lima, filha do charqueador Bernardino Rodrigues Barcellos e irmã de João e Francisca Rodrigues Barcellos (NEVES, 1997:306). Ou seja, os padrinhos espirituais do escravo Riquelo de origem Mina eram cunhados de seu senhor.

Percebemos que o tramado do parentesco firmado na pia pelo escravo africano Riquelo passava pela casa dos parentes de Domingos José de Almeida, isto é, além dos padrinhos estarem ligados por laços de parentesco com o proprietário do afilhado, inegavelmente também pertenciam ao *bando* do senhor de Riquelo. Teria a escolha de tais padrinhos sido apenas imposta por Domingos de Almeida ou houve um pacto de negociação entre o senhor e o escravo? Possivelmente o parentesco firmado marca um processo de ambigüidade, pois ao mesmo tempo, que tornavam pessoas de condição jurídica distintas em uma mesma parentela, também marcava a fronteira da desigualdade social entre ambos. Cacilda Machado a esse respeito esclarece o seguinte:

(...) o compadrio – muito mais do que o casamento – promovia o estreitamento das relações entre escravos e proprietários, entre livres e cativos, entre negros, pardos e brancos. Por esta razão, tudo indica que, no Brasil escravista, o parentesco ritual foi decisivo no processo de produção e reprodução de uma hierarquia caracterizada pela ambigüidade, pois permitia a vigência da familiaridade sem deixar de marcar a distância social (MACHADO, 2008:199).

³ A cerimônia realizada aos vinte de outubro de 1834 foi de um batizado coletivo. Neste dia os seguintes escravos foram batizados: Phorion de nação Benguela, Tito de nação Monjolo, Catão de nação Monjolo, Tomásio de nação Congo, Sócrates de nação Congo, Epaminondas de nação Rebolo que tiveram como padrinhos os escravos José e Silvana; Sipião de nação Moçambique teve como padrinhos os escravos Vicente e Maria Joaquina; Sertório de nação Mina teve como padrinhos os escravos Abraão e Efigênia; Cícero de nação Cassange foi batizado pelos cativos Vicente e Joana; Demóstines de nação Cabinda e Licurgo de nação Congo foram batizados por Abraão e Joana escravos; Carioliano de nação Congo teve como padrinhos os cativos José e Izabel; Sólton de nação Congo foi batizado por Antonio e Izabel escravos; Lucrecia de nação Rebolo teve como padrinho o escravo Adão e a madrinha a cativa Maria; Cornélia de nação Mina foi batizada pelos escravos Adão e Tereza e Adão de nação Mina batizado por Antonio e Geralda escravos. Livro 01 de Batismo de Escravos da Catedral São Francisco de Paula, fl. 236. ACDP.

A constituição de laços familiares com a parentela de senhores escravistas poderia auferir proteção social ao escravo. Mas no caso de Riquelo nos intriga bastante, pois em se tratando de batizados de escravos adultos era indicado batizá-los assim que pisavam em território brasileiro. Nem sempre a regra era seguida a risca pelos proprietários. Quiçá o escravo mina analisado tenha sido batizado depois de sua inserção na comunidade cativa de Domingos José de Almeida. Já como cativo ladino poderia ter tecido acordo com vosso proprietário para a escolha dos padrinhos, uma vez que já reconhecia os aliados que pertenciam ao bando do futuro farroupilha Almeida. Possivelmente a artimanha senhorial estava presente nessa negociação, pois conforme elucida Machado “padrinhos aparentados com o senhor do batizando sugerem que o cálculo escravista também vigia nesse assunto”, todavia é possível que a preferência dos escravos também poderia se fazer presente (MACHADO, 2008:194).

No dia treze de junho do ano de 1833, em pleno inverno pelotense foram batizados os filhos das escravas do Comendador Boaventura Rodrigues Barcellos. O primeiro a receber os santos óleos foi o crioulo Emílio, que nascera em dez de dezembro do ano de 1832, filho legítimo dos escravos Manuel e Delfina crioulos. Os padrinhos do crioulinho foram os seguintes: Miguel Rodrigues Barcellos e sua irmã Dona Josefa Eulália Barcellos.⁴

Na mesma ocasião a crioula Josefa, nascida em sete de março recebeu as bênçãos que emanaram do batistério dos padrinhos Antônio barbeiro e sua mulher Maria, ambos escravos. Josefa era filha natural da crioula Paula.⁵ E por último, o crioulo Anastácio, filho da preta de nação Nazária, nascido no dia primeiro de março, sendo batizado por João Rodrigues e Hediviges Rodrigues Barbosa livres.⁶

Nota-se que os parceiros de senzala do Comendador Boaventura Rodrigues Barcellos teceram alianças sociais distintas ao levarem seus rebentos para o sacramento do batismo. A família *legítima* de Manuel e Delfina optou por constituir laços com os filhos do senhor, Miguel e Dona Josefa. Por sua vez, a companheira de cativo, a crioula Paula teve a preferência de estreitar laços de parentesco com parceiros de cativo, porém não conseguimos descobrir se os padrinhos também pertenciam a

⁴ Livro 01 de Batismo de Escravos da Catedral São Francisco de Paula, fl. 214. ACDP.

⁵ Livro 01 de Batismo de Escravos da Catedral São Francisco de Paula, fl. 214. ACDP.

⁶ Livro 01 de Batismo de Escravos da Catedral São Francisco de Paula, fl. 214. ACDP.

Boaventura, apenas verificando o registro de batismo. Investigando em seu inventário há vários “Antônios”, mas nenhum com a profissão de barbeiro. Mas uma ressalva deve ser feita. Ao perseguir o fio de Ariana na documentação referente às alforrias, descobrimos que Antonio barbeiro foi escravo do Comendador Boaventura, tendo conseguido a liberdade três anos depois de batizar seu afilhado.⁷

O padrinho da pequena Josefa, Antonio de origem Mina, poderia ser um elemento importante da comunidade de senzala, devido à sua inserção no mundo sócio-profissional como barbeiro. Além disso, era casado legitimamente, dando o “primeiro passo na hierarquia entre os mais subalternos em uma sociedade escravista” (GUEDES, 2008:125). Com o desempenho de seu ofício talvez tratasse gente de dentro e fora da sua senzala, inclusive de fazendas vizinhas. Tal fato poderia auferir prestígio a Antonio de nação Mina diante da comunidade escrava que pertencia como também em relação ao seu senhor, pois uma das motivações para dar-lhe a alforria foram os “bons serviços prestados” pelo escravo.

Mary Karasch (2000) e Jaime Rodrigues (2005) destacam a presença de escravos vindos da África Ocidental no trato da medicina terapêutica em navios, principalmente os de origem Mina. Quiçá Antonio barbeiro de nação Mina, ajudasse a curar ou sangrar as mazelas de seus parceiros de senzalas, ou atendesse uma pequena clientela de homens abastados e pobres na Pelotas escravista de antanho ao torna-se liberto.⁸

E a africana Nazária costurou laços com pessoas do segmento livre, porém não sabemos a ligação que possuíam com o senhor da escrava. No entanto, postulamos o seguinte pensamento de que o senhor Boaventura Rodrigues poderia ser o conector entre o mundo do cativo e o mundo exterior ao seu plantel. Ou seja, os jogos tramados entre as partes envolvidas na busca de seus anseios tanto passava pelos cálculos senhoriais como pelas artimanhas dos cativos ao estabelecerem as regras sociais em torno do compadrio. Para o historiador Engemann,

⁷ A carta passada ao escravo Antonio barbeiro de nação Mina escravo de Boaventura Rodrigues Barcellos teve a seguinte condição: “com a cláusula, porém de gozar da dita liberdade, desta data à trinta meses, em cujo tempo, só então poderá se considerar liberto, e no caso que eu faleça antes do tempo acima meus herdeiros confirmarão minha vontade” e “em atenção aos bons serviços prestados” pelo escravo. Livro 1, folha 135v. Livro Notarial de Registros Ordinários. APERS.

⁸ Ver Moreira (2004).

(...) tanto a comunidade modelava o senhor, quanto o senhor definia a comunidade, ainda que o fizessem em graus e intensidades diferentes. Em última instância, o proprietário era um dos mais fortes conectores entre a vida cativa e o mundo exterior a fazenda. Acresce a isso o fato de que era com esse proprietário que a comunidade jogava pelos seus benefícios, buscando no máximo possível atingir seus objetivos, isto é, assentar um costume aceitável no convívio diário. O que equivale a dizer que vinha dos ditames do proprietário uma parte das regras que regiam a vida cativa, parte sobre a qual os escravos não tinham domínio direto, nem poder de convencionar, como ocorria nas regras sociais internas (ENGEMANN, 2008:149-150).

Tomando como base a análise do autor acima referido, talvez a comunidade cativa do plantel de Boaventura Rodrigues Barcellos jogasse com esse proprietário, buscando alcançar seus benefícios (uma roça, determinados dias de trabalho, a possibilidade de ter uma moradia separada, etc.),⁹ um deles possivelmente ligado a constituição de laços via o compadrio.

Notamos que em ambos os casos apresentados, a montagem de uma hierarquia estava presente. Percebemos que os vínculos de parentesco tecidos com pessoas livres podiam ser um recurso de fato importante para os escravos, pois esses indivíduos estavam inseridos em uma sociedade marcada profundamente por hierarquias sociais, “onde escravos, forros e livres de cor eram vistos como pessoas de “menor qualidade” (MACHADO, 2008: 195).

Para Brügger os vínculos de parentesco estabelecidos entre cativos e o segmento livre deve-se em razão de considerar o compadrio como uma aliança para cima, visto que

Nada mais “normal” do que a pretensão de que esta divisão pudesse ser feita com homens bem situados socialmente num patamar superior e que pudessem dispor de mais recursos – não só financeiros, mas também políticos e de prestígio – para o “cuidado” dos afilhados (BRÜGGER, 2007:286).

⁹ SLENES (1999), MATTOS (1995), GUEDES (2008).

Porém, temos que cuidar com estes investimentos em alianças verticais com setores livres. Às vezes o investimento pode ser em lideranças da senzala ou em parentescos já consolidados, talvez etnicamente.

É o caso que percebemos pela montagem de uma “aliança social para cima”, no compadrio tecido pela escrava Paula, pois a escolha ou indicação do padrinho Antônio barbeiro poderia não ter sido em vão, visto que ele apresentava uma qualificação profissional e já tinha formado uma família que fora reconhecida pelo padre ao registrar seu estado civil no assento de batismo. Quiçá, Antônio barbeiro pertencesse à elite da senzala que compunha, neste ínterim, o parentesco espiritual poderia funcionar como um meio de socialização de uma comunidade escrava.¹⁰

Com apenas cinco meses de vida pulsante Agostinha preta, foi levada aos vinte de outubro de mil oitocentos e cinquenta a pia batismal pelos pais Joaquim Domingos, escravo de José Domingues e Maria Antonia forra. Percebemos que a estratégia forjada por essa união mista e legítima entre Joaquim e Maria, provavelmente esteja calcada que os filhos provenientes desse relacionamento não fossem viver como cativos do proprietário do pai José Domingos, uma vez que a liberdade da filha Agostinha seguia o *ventre* materno de Maria Antonia forra. Mas, no assento de batismo analisado, Agostinha não foi declarada nem como livre ou cativa. Neste ínterim, não sabemos se a estratégia tramada pelo casal alcançou *sucesso* ou *fracasso* perante as negociações com o proprietário de Joaquim Domingos. A possibilidade de casar com uma pessoa de condição livre ou liberta não necessariamente poderia dar a liberdade ao conjugue cativo. Para Cacilda Machado, uma união mista entre cativos e livres ou com libertos poderia até levar esses sujeitos a se enredarem nas teias do mando senhorial. Conforme pontua a autora a união matrimonial

com um escravo podia arrastar um indivíduo livre e seus descendentes para uma escravidão informal, e enredá-los na teia de relações que até a morte, e por vezes mesmo depois dela, envolvia um senhor e sua propriedade (MACHADO, 2008:161).

¹⁰ Conforme sugeriu Engemann “a formação da comunidade escrava, (...) estava vinculada a um espaço físico e social. Não obstante isso, havia um elemento por demais importante neste mesmo espaço que até agora apenas tangenciamos. Para além do próprio meio cativo e suas influências ancestrais, está a sua adaptação ao universo sócio-cultural híbrido da vida brasileira. De fato, referimo-nos aqui às interferências do mundo livre, mais precisamente do senhor específico de cada comunidade que se projetavam sobre ela com um forte grau de pressão em função de suas estratégias e interesses” (ENGEMANN, 2008:149).

Letícia Guterres (2005) pontua que os laços matrimoniais estreitados com pessoas de condição social distintas poderiam trazer diferentes implicações para ambas as partes, uma vez que não era qualquer indivíduo livre ou liberto que colocaria a perder de vista conquistas associadas a sua experiência de liberdade para unir-se a uma pessoa que ainda estava subjugada a um poder de outrem.¹¹ Além disso, Melina Perussatto salienta que

devemos considerar que existiam cativos bem colocados e que gozavam da proteção do senhor, sendo interessante para um livre ou liberto pobre, por exemplo, firmar relação com esses cativos, visando algumas vantagens relacionadas à subsistência – trabalho, casa e roça própria, etc. (PERUSSATTO, 2010:113).

Nesse âmbito, a possível estratégia tramada pelo escravo Joaquim Domingos e sua esposa Maria Antonia forra poderia apresentar resultados inesperados, uma vez que dependia da possibilidade de êxito ou fracasso na concretização de seus projetos, dependendo da margem de negociação feita com o senhor de um dos conjugues, neste caso, o proprietário de Joaquim Domingos.

O que sabemos de concreto do fragmento da história dessa união matrimonial foram os laços tecidos pelo compadrio. A preta Agostinha, de cinco meses teve como padrinho um companheiro de cativo de seu pai, o escravo Luís Domingos de José Domingues. A madrinha elegida foi Eva Maria de Jesus liberta.¹²

Percebemos que os vínculos familiares estabelecidos tiveram dois propósitos. Um de estreitar laços de parentesco com companheiros de cativo (ou ex-parceiros se pensarmos no caso da mãe de Agostinha já que tinha atravessado a *porta estreita da liberdade*)¹³ e com o segmento de indivíduo forro já melhor situado na hierarquia da escravidão e da sociedade local.

¹¹ Ver PETIZ (2009).

¹² Livro 05 de Batismo de Livres da Catedral São Francisco de Paula, fl. 219. ACDP.

¹³ A historiadora Sheila de Castro Faria argumenta que o escravo ao alforriar-se levava certo tempo para inserir-se no mundo dos livres, na maioria das vezes, tal situação acontecia nas futuras gerações. Nas palavras da pesquisadora “conquistar a alforria significava, sem dúvida, um ganho não desprezível para homens e mulheres cativos. Resultava, muitas vezes, de anos de trabalho duro para poupar o equivalente a seu preço ou tempos de “dedicação ao senhor” e de “bons serviços prestados”; na realidade, o ganho mais evidente era o exercício da liberdade de movimento. As condições materiais de vida, em geral, não se modificavam, assim como a constante referência social a seu passado escravo. O movimento de integração ao mundo livre demandava tempo, no mais das vezes só atingido nas gerações seguintes, quase sempre a dos netos alforriados” (FARIA, 1998:135).

Margarida filha *legítima* dos pretos João Manuel e Luisa, escravos do charqueador Cipriano Rodrigues Barcellos, foi juntamente com seus pais no dia vinte cinco de outubro do ano de 1846 para estreitarem laços familiares com seus parentes espirituais. O padrinho da menina foi o pardo Francisco, por sua vez, a madrinha de Margarida foi Joana de nação Cabinda. Ambos os padrinhos pertenciam ao plantel do senhor Boaventura Teixeira Barcellos.¹⁴

Um fator observado nos estudos sobre as relações de compadrio refere-se à cor, uma característica salientada pelos autores que também influenciava na escolha dos padrinhos espirituais tanto como a condição social dos mesmos. Talvez a escolha do padrinho de Margarida tenha passado por esse filtro de escolha, visto que ele tinha a tez parda ao contrário dos pais da menina que foram registrados como pretos pelo pároco.

A cor na sociedade escravista de antanho expressava os princípios hierárquicos manifestadas sob a tonalidade da tez dos sujeitos, além também de demarcar o lugar social do indivíduo, indicando “a conjunção entre classificação racial e social do mundo escravista” (MATTOS, 1995:34-35).

Novamente observamos que os vínculos familiares tecidos pelos escravos estavam de certo modo ligados ao *bando ou gentes do* senhor. Boaventura Teixeira Barcellos cedeu seus escravos para que os mesmos firmassem alianças de parentesco com os escravos de seu parente Cipriano Rodrigues Barcellos. É provável o reconhecimento por parte dos cativos das engrenagens em torno das teias de relações em que seus senhores possuíam e costuravam em torno de suas famílias e relações de amizade. Além disso, é possível supor um mínimo de reconhecimento por parte dos proprietários da importância de significados que estavam inseridos nas relações familiares tramados pelos cativos, ao permitirem o estreitamento de parentesco com escravos pertencentes a sua parentela.

No dia vinte e um de outubro de 1849, Maria, com um ano de idade foi encaminhada com sua mãe a preta Francisca, para irem oficializar o sacramento tridentino do batismo. As escravas pertenciam à senzala de Dona Josefa Miranda. Os padrinhos foram os escravos Porfírio e Maria da Fé de propriedade de Domingos José de Almeida.¹⁵ A constituição de alianças sociais com outros escravos (sejam eles de

¹⁴ Livro 02 de Batismo de Escravos da Catedral São Francisco de Paula, fl. 92. ACDP.

¹⁵ Livro 02 de Batismo de Escravos da Catedral São Francisco de Paula, fl. 188. ACDP.

plantéis de senhores aparentados ou não) indica-nos a possibilidade de formação de socialização frente ao domínio senhorial, ao poderem tramar laços de parentesco entre os seus, de modo a formar uma comunidade negra em Pelotas.

Além disso, Cristiany Rocha atenta que o contato de escravos de propriedades diferentes pelo compadrio podia garantir “a possibilidade da superposição de parentescos consanguíneos e rituais. Isto é, o compadrio podia unir parentes consanguíneos pertencentes a diferentes senhores, que tivessem sido separados ou vendidos” (ROCHA, 2004:126).

Há de imaginarmos também que o momento do sacramento do batismo além de ser uma oportunidade de constituir uma parentela para os cativos, também servia como ponto ou espaço de encontro entre os cativos que não conviviam tão diariamente por residirem distantes uns dos outros. A igreja servia como aporte para o convívio social desses indivíduos.

Pensamos que o momento das festas religiosas ocorridas nas igrejas ou nas capelas das propriedades fosse uma boa oportunidade para os escravos estreitarem laços de convívio e amizade com escravos dos parentes e vizinhos de seus senhores. Mas além de destacar que o esse espaço social da Igreja era utilizado pelos indivíduos para a nova formação de cristãos, poderia ser utilizado como espaço de recriação de valores africanos e até mesmo de ressignificar solidariedades étnicas, especialmente em se tratando de batizados de escravos adultos. Nesse sentido, a Igreja poderia ser utilizada como espaço de sociabilidade, pois como destaca Santos, o compadrio é uma forma de vincular

as pessoas entre si e só pode ser entendido “de dentro para fora”, mesmo que seu sistema emane da Igreja, torna-se importante meio de análise das relações sociais das comunidades escravas, no momento que admitem se como suporte para criação de suas famílias. Os padrões de escolha dos padrinhos legitimidade, cor, sexo, demonstram como as famílias enxergavam suas relações internas. A escolha dos padrinhos não só fornecem pistas sobre a formação de comunidades escravas, como também auxiliam a mapear suas relações sociais (SANTOS, 2009:119).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme esclarece em seu trabalho Schwartz (2001), raramente um escravo estabelecia um parentesco espiritual com seu senhor.

Normalmente, é muito difícil encontramos senhores apadrinhando seus escravos. Todavia, ao esboçarmos aqui as relações de parentesco constituídas pelo compadrio entre escravos com parentes de seus senhores ou com o segmento livre da cidade, não estamos enfatizando que as relações familiares dos escravos estavam acopladas ao *mando* do projeto senhorial. Na realidade, estamos tentando entender o universo de escolhas desses indivíduos, ou seja, a visão de mundo e suas estratégias de tentarem sobreviver em uma sociedade hierarquizada. Frágoso expõe o seguinte comentário a esse respeito:

Na verdade, as negociações entre os diferentes segmentos da sociedade pressupunham que eles tinham as suas próprias estratégias de vida. Assim, as relações de compadrio entre nobres e pequenos lavradores ou com escravos, por exemplo, não podem ser reduzidas a uma simples artimanha senhorial. (...) Os escravos e outros grupos subalternos eram portadores de formas de pertencimento culturais, práticas familiares e maneiras de solidariedades que não se reduziam às chamadas relações de produção. Sendo mais incisivo e sem menosprezar a chamada circularidade cultural: os cativos e os pequenos lavradores possuíam mais de dois neurônios. Deste modo, não eram criaturas das elites. Se, para estas, suas estratégias sociais significavam a manutenção do poder, para os grupos subalternos, tê-las podia representar a própria sobrevivência física (FRAGOSO, 2002:47-48).

As relações firmadas pelos santos óleos batismais entre as diferentes categorias sociais denotam a especificidade do *parentesco simbólico*, visto que através dele havia uma grande possibilidade de os sujeitos criarem vínculos com os diversos segmentos sociais, passando a se reconhecerem como parentes uns dos outros. Além disso, também poderia viabilizar a formação de um processo de socialização de uma comunidade negra, que tecia o parentesco com outros escravos (bem posicionados na hierarquia de suas senzalas) à revelia do *mando* senhorial. Ambas as estratégias de vidas tinham o objetivo de manterem-se vivos dentro do jogo de interações presentes na estrutura hierárquica em uma sociedade marcada pela exclusão social como era na Pelotas

oitocentista. A escolha por bons laços sociais poderia facilitar a sobrevivência dos escravos naquela sociedade de antanho.

Para Fragoso, os escravos teciam suas estratégias buscando aliados com os mais diferentes estratos sociais, estabelecendo laços de amizade e vínculos de clientela entre os próprios parceiros de escravidão. Fato que podemos observar pelo seguinte trecho:

Como toda elite, a das senzalas de Sacopema, montava suas redes sociais seguindo três princípios: buscar aliados entre estratos sociais com mais recursos na sociedade local, forros e livres; reafirmar pactos de amizade entre seus componentes; e formar uma clientela entre os demais escravos (FRAGOSO, 2010:83).

Nesse âmbito, não queremos afirmar que as relações de parentesco firmadas na pia da Catedral São Francisco fossem apenas um jogo de cálculo senhorial, ao destacarmos os vínculos familiares entre escravos e os parentes de seus respectivos proprietários. A intenção é mostrar que as relações estabelecidas foram frutos de negociações geradas por ambas as forças, ou seja, entre *dominadores* e *subalternos*.¹⁶

Mesmo sabendo que essas pessoas fossem inferiorizadas social e racialmente, tais sujeitos faziam parte da engrenagem da sociedade e das relações que a compunham, ou seja, eram agentes das ações estabelecidas entre os senhores, suas famílias e o restante da comunidade livre, e a comunidade escrava de outro, evidentemente posicionados em um patamar desigual de status entre as partes envolvidas.

Um dos meios de tentarem sobreviverem enquanto grupo (os escravos), em meio às desigualdades presentes no corpo da sociedade era o tramado do parentesco, seja entre os pares, seja entre os de condição jurídica e social diferentes de seu grupo, isto é, com livres e libertos.

Assim sendo, as estratégias tecidas em torno do *parentesco fictício* mostraram que os escravos buscavam aliados, alguns destes, pertenciam ao *bando de seu senhor* (parentes ou escravos da parentela do proprietário), mas ao mesmo tempo, os escravos também buscavam aliados dentro ou fora das senzalas que habitavam, o que possivelmente aponta para um meio de socialização de formar uma comunidade negra no cativeiro.

¹⁶ Ver (LEVI, 2000).

Esperamos que as observações feitas acima nos imunizem sobre o espectro da ingenuidade que pode rondar nossas análises sobre as relações de parentesco tecidas por escravos e libertos no universo marcado pelo cativo. Conforme alega a historiadora Rosicler Righi sobre os registros eclesiásticos:

Assim como os inventários se constituem como um documento com deficiências em dinamismo, pois apresentam uma fotografia da vida dos indivíduos no momento de sua morte, algo parecido ocorre com os registros de batismo. Encontrar um registro de batismo ou casamento em que indivíduos se unem em uma relação de compadrio nos fornece uma informação importante, porém datada – em um determinado momento àqueles indivíduos estiveram próximos o suficiente para investirem no estabelecimento de um parentesco simbólico ou fictício entre eles. Mas esses laços não eram necessariamente eternos e podiam ser quebrados ou desrespeitados, mesmo que saibamos a importância do apadrinhamento na sociedade colonial e oitocentista. Quando, de alguma forma, estes laços ferissem outros interesses, de um ou outro poderiam ser relegadas a um segundo plano. As solidariedades e antagonismos eram as duas faces da mesma moeda (FAGUNDES, 2009: 128).

No que tange a nossa análise, consideramos pertinente sempre ter em mente que os laços urdidos nas pias batismais e nos altares das igrejas são indícios de conexões sociais, mas só um eficiente e constante trabalho de manutenção e reparação dos vínculos (horizontais e verticais) aí gerados tornava-os eficazes como elementos de salvaguarda dos cotidianos desassossegos sociais que afligiam estas famílias negras. Neste sentido, sentimos a necessidade de entender um pouco mais a comunidade negra local de como se davam a composição dessas alianças e redes. Possibilidades que serão refletidas durante a escrita da dissertação futuramente.

Bibliografia

BRÜGGER, Silvia. *Minas Patriarcal: família e sociedade (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.

FAGUNDES, Rosicler Maria Righi. *Esfaqueamento no Púlpito: O comércio e suas elites em São João da Cachoeira (1840-1850)*. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009.

FARIA, Sheila. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

FRAGOSO, João. “Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica”. Topoi, Rio de Janeiro, set. 2002, p.41-70.

_____. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, Século XVII. Algumas notas de pesquisa. In: *Tempo*. Niterói: UFF, vol. 8, n.15, jul-dez. 2003.

_____. *Efigênia Angola, Francisca Muniz Forra Parda, Seus Parceiros e Senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, Século XVIII. Uma Contribuição metodológica para a História Colonial*. Revista Topoi, V. 11, n. 21, jul.-dez. 2010.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, 1798-1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

GUTERRES, Letícia. *Para além das fontes: (im)possibilidades de laços familiares entre livres, libertos e escravos. Santa Maria – 1824-1884*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 2005.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

NEVES, Ilka. *Adélia da Câmara Barcellos: genealogia e história*. Pelotas: Ed. Universitária da UFPEL, 1997.

MACHADO, Cacilda. *A trama das Vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MATTOS, Hebe. *Das Cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Feiticeiros, venenos e batuques: religiosidade negra no espaço urbano (Porto Alegre – século XIX). In: GRIJÓ, Luis Alberto; KÜHN, Fábio; Guazelli, César Augusto; NEUMANN, Eduardo (orgs.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 147-177.

PETIZ, Silmei Sant’ana. *Caminhos Cruzados: família e estratégia escrava na Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. Tese de Doutorado. São Leopoldo: UNISINOS, 2009.

PERUSSATTO, Melina. *Como se de ventre livre nascesse: experiências de cativo, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo, RS, 1860-1888*. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo, UNISINOS, 2010.

ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de famílias escravas: Campinas, Século XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

RODRIGUES, Jaime. *De Costa a Costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTOS, Sherol. *Apesar do cativo: família escrava em Santo Antônio da Patrulha (1773-1810)*. Dissertação de mestrado do PPG História da UNISINOS, 2009.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. São Paulo: EDUSC, 2001.

SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.